

SOBRE UMA POLÍTICA DE AQUISIÇÃO PARA O FUTURO

José Neves Bittencourt

In Cadernos Museológicos n.3, Secretaria de Cultura – IBPC, out., 1990,:29-37

INTRODUÇÃO

O Brasil sempre teve museus, e o movimento museológico reproduz aqui, em miniatura, as etapas que seguiu no resto do mundo. Após um início tímido, em condições coloniais, expandiu-se até chegar, no final do século XIX, ao museu – monumento, engajado na consolidação do projeto de rearticulação do Estado nacional. Esses museus – monumentos tinham uma proposta clara, conheciam o espaço que deviam ocupar e souberam criar condições para a própria reprodução. Mas, paradoxalmente, cumpriram tão bem o papel que lhes tinha sido destinado, que acabaram aprisionados pela sua própria contradição.

Este trabalho é produto de uma reflexão inicial, e procura formular questões que são provenientes de diversas direções. E é, sobretudo uma extensa tentativa de resposta a uma pergunta que sentimos no ar, nas diversas instituições museológicas com que tivemos contato :

... se os museus são (no entender da UNESCO) um estabelecimento permanente, administrado no interesse geral, constituído com o intuito de preservar, estudar e expor(...) grupos de objetos e espécimes de valor cultural, então, por que os museus brasileiros dificilmente preocupam-se em formular programas de ação cujo objetivo seja incorporar objetos oriundos de épocas recentes ?

Nossa proposta não é resolver a questão, mas colocá-la, coisa que pretendemos fazer de modo formal. O corpo do texto possui três partes: uma apresentação dos conceitos que informam a reflexão, e duas outras, que podem ser chamadas objetivas. Na primeira parte, serão apresentados, de maneira sucinta, alguns conceitos que podem ser resumidos em algumas palavras-chave: **objeto, valor, coleção, documento, informação tratamento, sistema**. Essas são as idéias que alicerçam as outras duas partes. Na primeira delas procuramos recuperar a trajetória histórica do problema e na segunda dividida em alguns sub- itens, apresentaremos sugestões sobre os caminhos que o debate pode tomar. As indicações bibliográficas e os adendos de informação foram colocados à parte, e o texto pode ser lido sem se recorrer a eles.

ALGUNS ASPECTOS CONCEITUAIS

Em princípio, aceitaremos a definição usual de que o objeto museológico é o objeto retirado de seu contexto original, é recolhido à coleção de um museu para a sua própria segurança. O objeto museológico está fora do circuito material para o qual foi originalmente concebido, passando a ser índice de si mesmo, ou de sua categoria. Nos museus, são traços do desaparecido, do invisível. Um objeto é recolhido por um museu enquanto um valor. O objeto despido de seu valor de uso (ninguém irá tomar sopa num prato- objeto museológico) vale enquanto um signo de si mesmo. Mas o acesso a tal evocação só é possível caso as informações contidas nos objetos sejam disponíveis e acessíveis. Um objeto museológico é o testemunho restante de um processo. Mas enquanto tal, sua potência estará associada a uma série de meios que

conservam e disseminam a informação. Isto significa que os museus deverão não somente expor objetos, função em geral associada a tais instituições, mas criar métodos e mecanismos que permitam o levantamento e o acesso às informações das quais os objetos são suportes.

Assim, a informação torna-se um valor museológico, possivelmente o mais básico de todos. Mas os objetos depositados necessitam, enquanto função social, do suporte de todo o sistema, constituído por meios e pessoal especializado que os opere e gerencie.

Os museus brasileiros, desde o início do século XIX acumularam um volume de objetos de porte razoável. Mas o tratamento das coleções, sem o qual o museu torna-se mero depósito de objetos (sem ironia, o Museu Nacional, parece exatamente isso), ou apenas começa, ou foi feito de forma inadequada, ou nem foi iniciado. Num grande museu, como o MHN, encontramos as três situações em convivência. Os recursos postos à disposição dessas instituições são sempre escassos, e parece mais lógico aplicá-los no tratamento das coleções existentes.

Alguns especialistas consideram que o futuro do museu é transformar-se em um sistema de preservação e difusão histórico – cultural. Mesmo aqui no Brasil, já não é nova a discussão, em torno da interligação de unidades museológicas através de sistemas integrados de comunicação informatizada e tem sido feitos esforços em criar sistemas de gerenciamento de acervos museológicos. Parece, enfim, haver uma forte tendência nesse sentido. Mas, por outro lado, ainda é arraigada a mentalidade “*monumentalista*”, característica de início do século. Superar tal mentalidade é questão de tempo, mas é necessário tomar algumas atitudes de imediato, sob o risco de comprometer as possibilidades dos museus a médio prazo.

Uma dessas atitudes é a retomada, pelos museus, da incorporação de objetos da maneira sistemática. Por mais que se tente argumentar citando as poucas iniciativas realmente coerentes de criação de museus e expansão de acervos tomadas nos últimos vinte anos, o recolhimento racional de objetos criados pela sociedade estagnou nos anos 50, mas o que deve entrar nos museus?, e em que ritmo? Esta questão remete ao complexo problema da Política de Aquisição.

Os acervos museológicos são, em geral, tratados como coleções por exemplo, a “*Coleção Miguel Calmon*” ou a “*Coleção Souza Lima*”, ambas no Museu Histórico Nacional. Essas constituem coleções fechadas, ou seja, já formadas. Os objetos componentes desses sub-universos do acervo, embora sejam, no mais dos casos, fortemente ligados uns aos outros, e o bom senso indique que sejam mantidos assim, podem, dentro da instituição, vir a se dispersar.

Independente de ser classificado enquanto item de coleção aberta ou fechada o objeto já entra na instituição carregando informações, que devem ser imediatamente documentadas. Se tais dados não existirem, deve-se buscar restabelecê-los, pois sua existência é condição básica para o estabelecimento da identidade institucional, e para atividades posteriores de pesquisa. Nenhuma política de aquisição poderá ser formulada sem que esteja bem entendida tal identidade.

A Associação Americana de Museus agrupa os museus existentes nos EUA em três grandes categorias: *museus de história*, *museus de arte* e *museus de*

antropologia/etnografia. Esta classificação parece intencionalmente abrangente, uma vez que diversos tipos de museus, como os de ciências seriam, de fato, museus de história, destinados a preservar e sistematizar a memória de um dado objeto ou área de conhecimento.

A memória coletiva e sua forma científica, a história, plantam seu sentido e sua concretude em monumentos e documentos, que são conservados não por acaso, mas por uma escolha. Um museu de botânica, por exemplo, conserva, sistematicamente, a memória dessa ciência, enquanto um museu de tecnologia busca guardar, para a posteridade, os artefatos que são produzidos pela humanidade. As diversas designações dos museus (*Museu de Botânica Kuhlmann, Museu de Farmácia Antônio Lago, Museu Histórico Nacional, Museu do Exército p. ex.*) acabam fornecendo uma rota inicial para suas políticas de aquisições.

Inicial, mas não suficiente, os materiais da memória podem apresentar-se sob duas formas principais : os monumentos, herança do passado e os documentos escolha do historiador. Se as coleções museológicas tem caráter de monumento, são também escolhas intencionais, onde cada elemento singelo pressupõe a exclusão, de um sem número de outros. O recolhimento de objetos por um museu, tem sua lógica, ainda que tal lógica possa não ser clara para os profissionais da instituição, não seja sistemática, ou não esteja sistematizada. A exclusão, no caso do Brasil, foi produzida por condições históricas, e não técnicas. Entretanto, com os mecanismos mais amplos que tornaram o processo de exclusão, mais do que uma prática, um elemento constitutivo dos museus. Aí torna-se necessária uma compreensão mais ampla em torno da instituição museológica, através da recuperação da inserção histórica do movimento museológico no processo de formação do Estado Nacional no Brasil.

É certo que não iremos fazer isto agora, até porque outros textos já se ocuparam do assunto, mas é necessário uma arqueologia da Política de Aquisição praticada pelos museus em suas primeiras décadas de existência, como forma de inaugurar uma compreensão da lógica constituinte dos museus históricos no Brasil.

POLÍTICA DE AQUISIÇÃO: DA INAUGURAÇÃO AO COLAPSO (1900 – 1960)

As décadas finais do século XIX assistem a transformações muito importantes na formação social brasileira, que culminam na articulação do pacto político representada pela Proclamação da República, já no final do século XIX, as autoridades republicanas preocupavam-se com a criação de museus. A primeira metade do século XX foi uma época de expansão dos museus históricos. As elites políticas e sociais tinham percebido a importância dos museus, e dedicavam-se intensamente a “*reunir objetos que pudessem ensinar o povo a amar o passado*”. É certo que se tratava de um passado idealizado e romântico, onde a nação era apresentada enquanto construção de elites brancas e aristocráticas, os vultos, processo no qual as massas populares eram vistas e apresentadas como objetos passivos .

O exame dos livros de Tombo do MHN-RJ, onde estão registrados milhares de objetos, mostram a constância ao longo das quatro primeiras décadas de existência da instituição, da incorporação de peças “históricas”, a partir dos anos sessenta, no entanto, os mesmos livros apontam uma mudança radical no caráter dos objetos incorporados. A Política de Aquisição de objetos seguia nesses primeiros tempos, uma direção muito clara, perceptível nos textos e documentos da época. A Prefeitura

do Distrito Federal em 1914, mandava “*conservar em boa guarda, devidamente catalogadas, as peças (...) e objetos que interessam a história da cidade do Rio de Janeiro*”, no caso do Museu Histórico Nacional, as diretrizes seguidas encontram-se nos textos escritos pelos ideólogos da instituição, Gustavo Barroso à frente. Uma corrente bastante caudalosa de objetos chega aos museus, encaminhados pelo Estado, e por cidadãos privados, sempre dentro da lógica de “*vulto destacado, fato relevante e conservação do passado*”, o tratamento museológico constituía-se, basicamente, no registro do objeto e em sua colocação em exposição. Fotografias dos circuitos de exposição permanentes antigas de museus como o Histórico Nacional ou o Histórico da Cidade do Rio de Janeiro, mostram salas abarrotadas de objetos, posicionados segundo uma ordem rigorosamente cronológica e linear, “*documentando os fatos históricos*”. O conjunto constituía um discurso, onde as ausências, produzidas pela exclusão, constituem parte significativa.

A proposta essencial dos museus de história manteve-se inalterada por mais de cinqüenta anos. A partir dos meados da década de sessenta, o descaso geral da sociedade, das autoridades e dos setores intelectuais para com os museus e a atitude defensiva e elitista dos curadores, resultou em estagnação que se revelava na não- renovação filosófica da instituição, de seus quadros profissionais, na penúria crescente de recursos e na interrupção quase absoluta do fluxo de incorporação de objetos.

O desenvolvimento do capitalismo no Brasil, a partir dos anos cinqüenta, fez expandir-se o mercado, que veio a torna-se o lugar de mediações que antes eram feitas a seu largo. Quase tudo passou a ser absorvido, o que significa a atribuição de valor de troca, que, muitas vezes encapava o valor de uso, objetos que antes tinham apenas valor de símbolo, passaram a ter valor de mercado, via de regra bastante alto. Até então, as “*velharias históricas*” e as “*antiquilhas e relíquias*”, não eram vistas enquanto investimento ou poupança, e eram doadas aos museus sem grandes problemas. Algumas coleções de “*objetos de arte*” eventualmente, eram comprados pelo governo para incorporação, armas, mobiliário comum, porcelanas, indumentária, entretanto, raramente eram avaliadas enquanto mercadoria, visto ser o mercado de obras de arte e antigüidades pouco mais que incipiente.

A não- renovação dos museus e seu distanciamento com relação ao campo de produção de conhecimento, agravou o quadro e acirrou a crise. Agarrados a seus acervos “*preciosos*” e a suas “*velharias históricas*”, universo de objetos que rapidamente deixava de fazer sentido, e conservadores com quarenta anos de trabalho voltaram as costas para as novas propostas e métodos de trabalho. Os museus optaram pelo isolamento, parecendo aceitar a crise como o “*menor dos males*”.

Nesse período, não se observa a formação de novos acervos nos museus. Se o desenvolvimento do aparelho produtivo no Brasil, deu origem a todo o universo material de proporções gigantescas, os museus pareciam não saber disso. Pode-se colocar da seguinte maneira: nenhum museu brasileiro possui, em depósito, uma coleção de aparelhos de rádio- recepção ou televisores suficientes para constituir uma série, os horrendos móveis pé- de- palito, equipamento doméstico dos lares proletários e pequenos burgueses dos “*anos dourados*” que foram desprezados pelos conservadores como “*sem valor artístico ou histórico*”, até o momento em que, tornando-se antigüidades, adquirirão tal valor de mercado, que nenhum museu poderá adquiri-los.

A INVERSÃO NECESSÁRIA : POR UMA POLÍTICA DE AQUISIÇÃO DE OBJETOS

No Brasil, a questão da aquisição de objetos não parece, em princípio, estar no centro das preocupações dos profissionais do campo museológico. Somente de maneira eventual o assunto vem à baila, mas a formulação da questão não resultou até agora numa abordagem sistemática do problema, e muito menos em movimento decidido em direção a uma solução.

Se bem que seja inegável a preocupação dos profissionais do campo museológico em modernizar a instituição colocando-a no campo da preservação patrimonial, incorporando técnicas modernas de gerenciamento de acervos, buscando novas soluções museográficas, e voltando para a educação patrimonial, é também inegável que os museus ocupam-se de objetos, os objetos são o ponto de partida de um museu, do campo museológico, e de qualquer atividade propriamente de museu. Os objetos justificam os museus somente o museu é fundado no princípio de que selecionar e preservar objetos é coisa importante para o presente e o futuro das pessoas. O recolhimento não é só uma questão importante dentro da política geral da instituição museológica mas é básico para sua sobrevivência enquanto tal. Tomada a decisão de voltar a recolher (que é em última análise, uma decisão política, a ser tomada pelos dirigentes do sistema e da unidade), o passo seguinte será o de inverter o tráfego usual da aquisição, passando o museu a buscar doações, a época das grandes doações encerrou-se no Brasil.

Isto porque, a sociedade não parece mais disposta a procurar os museus para entregar objetos, se o Estado, por seu lado, também não parece disposto a incentivar setores representativos a estabelecerem contatos com os museus. Uma tal inversão, para ser proveitosa, deverá ser feita juntamente a uma reavaliação do universo de “preciosidades” e “relíquias históricas”. A Política de Aquisição de Objetos precisa começar dentro do próprio museu, porque a dinamização dos acervos precisa atingir aqueles já recolhidos e preservados.

A EXPANSÃO INSTITUCIONAL : A REDE DE ACERVOS MUSEOLÓGICOS

Se levarmos em consideração a tendência que se observa em parte dos profissionais do campo museológico de considerar o museu como centro de informação, e se somarmos a isto a hipótese aqui levantada de que a elaboração de uma **P.A.O.**, implica na reavaliação dos acervos já recolhidos e preservados, estaremos admitindo a necessidade de providências teóricas e metodológicas quanto à formação e gerenciamento de acervos em museus brasileiros. Certamente trata-se de uma discussão que extrapola a proposta limitada deste trabalho, mas algumas sugestões podem ser feitas.

A primeira providência, neste sentido, seria fechar as coleções de objetos antigos, os museus passaram seus primeiros 50 anos de existência recolhendo objetos dos séculos XIX, XVIII, XVII, e XVI, quando não mais antigos ainda. Tomando o Rio de Janeiro como exemplo, encontram-se nesta cidade pelo menos cinco grandes museus de história: o Museu Histórico Nacional, o Museu da República, o Museu Imperial, o Museu Nacional e o Museu Histórico da Cidade . Em termos de objetos/documentos anteriores aos anos 30 do século XX, esses museus devem reunir uns 50.000 itens, pelo menos, só que distribuídos de maneira inteiramente

irregular, tanto em volume dos acervos, quanto em volume de peças por século. Fechar essas coleções não significa passar a recusar todo e qualquer item anterior ao século XX, que eventualmente viesse a ser oferecido a uma instituição museológica, mas estabelecer conceitualmente o fim de tais incorporações. Os museus não mais estabeleceriam planos para buscar recolher tais acervos, a possível adoção pressupõe que os acervos existentes estejam pelo menos inventariados, os inventários são, nos museus modernos, ferramentas indispensáveis para o gerenciamento dos acervos. Possibilitam um amplo domínio sobre os universos de objetos em depósito tornando possível estabelecer as potencialidades e as necessidades das coleções.

Tal conhecimento tornaria possível aos museus o estabelecimento de uma rede de informações sobre os acervos, com a permuta de dados sobre os documentos/objetos, e, sempre que necessário, dos próprios objetos. O estabelecimento de uma tal rede de acervos museológicos, apesar das dificuldades de implantação apresenta duas vantagens:

- a) cria a possibilidade de um sistema de museus concebido como um grande sistema de informações sobre o patrimônio histórico-cultural depositado em instituições museológicas: cada unidade museológica passaria a constituir uma base de dados, com amplo acesso às informações depositadas nas outras unidades-bases de dados.
- b) enquanto função social, os objetos poderiam ser deslocados e relocados fisicamente, de maneira a colocar os acervos à disposição de um maior número de usuários, além da possibilidade que estes já teriam de acessar as informações disponíveis nas diversas unidades-bases de dados.

Outra vantagem, constitui-se no fato de que os museus com dificuldades de acervo poderiam planejar exposições, com base no empréstimo de objetos feitos a museus, onde existissem objetos ou categorias de objetos em excesso. A cessão de documentos/objetos poderia ser feita sem maiores prejuízos para a identidade da instituição pois a existência de inventários completos e de documentação precisa e detalhada sobre os itens acabaria constituindo uma espécie de “*simulacro representativo do acervo*”, o usuário do museu profissional ou visitante, teria acesso à localização dos objetos cedidos, o que significa que o acesso às coleções e às atividades de pesquisa não seriam prejudicadas.

A construção de uma tal rede de acervos museológicos, distribuída pela sociedade, e com possibilidades de ampla difusão e intercâmbio dos documentos/objetos preservados aproxima-se da proposta feita por alguns teóricos sobre a expansão do museu enquanto instituição.

As propostas acima abarcam os universos de objetos que já se encontram nos museus. Já os objetos de origem mais recentes (de cinquenta anos para a atualidade) não começaram ainda a ser sistematicamente recolhidos. Trata-se aqui de desenvolver conceitualmente uma política de abertura de coleções. Isto não significa que os museus devam passar a incorporar tudo, seria incorrer no mesmo erro que os antigos conservadores cometeram. Tempos atrás só eram incorporadas as “*relíquias históricas*”, os objetos que evocassem o passado. Se não fossem “*históricos*”, os objetos não deveriam estar nos museus de história. Em qualquer outro museu, mas

não nos de história. Mas, e hoje em dia? Se todos concordam que os museus precisam voltar a incorporar, o que incorporar? Atualmente, o que pode ser tomado como “*reliquia histórica*”? Os sapatos de José Sarney e o tailleur da senhora Collor de Mello, certamente o são, porque já foram incorporados a acervos de museus históricos. Mas, e as botas do autor deste artigo? E os vestidos das museólogas? Quem determina se são ou não acervos em potencial? Devem ser recolhidos?.

G.E. Burcaw, em um dos capítulos de seu manual técnico, afirma que “qualquer membro de equipe tem responsabilidade de adquirir objetos para coleções, por compra ou doação, deve Ter não somente um conhecimento muito claro sobre o que se pretende coletar, mas também a certeza de que seus superiores apoiarão sua decisão. Essa clareza de objetivos é uma das raízes do problema, já que ela não existe por si, mas é construída, tendo por base o perfil institucional, tanto da instituição museológica, quanto da unidade museológica em particular. A questão da instituição museológica é um problema teórico que não cabe discutir aqui, já o perfil da unidade em particular pode ser abordado. Relaciona-se com a formação histórica de cada unidade: como e por que ela foi criada, e como se desenvolveu ao longo do tempo. E sobretudo, com o caráter geral do acervo, ou seja, em que bases se desenvolveu, assim como suas possibilidades e necessidades.

O binômio perfil institucional/ caráter do acervo, bem estabelecidos, poderão gerar linhas mestras ajudando a formular e aplicar limites para as coleções. A formulação das linhas – mestras pode ser considerada como um esboço da **P.A.O.**, elas significam que a equipe, particularmente os elementos encarregados da aquisição, terão uma certa segurança para aceitar e recusar incorporações. Tais decisões, são até o momento, tomadas de forma inteiramente subjetiva, estabelecidos critérios sólidos, o museu deverá ser incentivado a buscar recolher objetos claramente significantes.

O que é um objeto claramente significativo? Seria um objeto perfeitamente adequado para o entendimento não apenas do tema do museu, mas do próprio museu, e que não pode ser deixado onde está. No caso dos museus brasileiros, certamente muitos objetos claramente significantes deverão ser recolhidos, já que os acervos deixam de ser sistemáticos nos anos cinquenta.

CONCLUSÃO: A PESQUISA COMO PRIORIDADE

Sendo uma espécie de trabalho de introdução, não pensamos ser este o espaço para as sugestões além das que foram levantadas acima. Mas, à guisa de fechamento cabem algumas observações.

A primeira delas é a mais óbvia: os museus brasileiros precisam voltar a recolher objetos, uma vez que museus se fazem com objetos. Atualmente, podemos constatar uma forte tendência a que os museus e suas equipes passem a considerá-los como instituições dos sistemas de preservação do patrimônio cultural, isto implica numa crescente profissionalização dos quadros técnicos em todos os níveis. Neste sentido, recolher significa não só fazer os objetos entrarem nos museus, mas documentá-los adequadamente, mantê-los em segurança, e divulgar, tanto os documentos, quanto as informações levantadas.

A segunda conclusão já não é tão óbvia: o estabelecimento de uma Política de Aquisição passa por um extenso conhecimento sobre a instituição museológica o que inclui o preciso dimensionamento da extensão, possibilidades e necessidades do acervo. A partir daí será possível o estabelecimento de diretivas gerais para a aquisição.

A terceira conclusão é sobre a importância da pesquisa em museus. Até o momento, não existe muita segurança em torno de como deva atuar a pesquisa em museus. O termo certamente não se confunde com a pesquisa museológica, entendida no Brasil como o levantamento de dados necessários à catalogação de objetos. É um nível inicial, e a pesquisa em museus certamente o ultrapasse, seu objeto entretanto deverá ser o próprio acervo.

Será a pesquisa que determinará o perfil da unidade museológica, entendido como sua caracterização histórica, as características do acervo, e todos os desdobramentos que, em última instância, resultarão na Política de Aquisição .

Finalmente a Política de Aquisição não significa tão somente a retomada do recolhimento de objetos, mas todo um redimensionamento dos acervos museológicos , incluídos aí os já existentes. Se os museus não podem recolher tudo, e isto é uma unanimidade entre os profissionais do campo, por outro lado é preciso perguntar se devem manter tudo o que já foi recolhido ao longo do tempo. A reflexão em torno desta questão pode levar a pensar na rede de acervos museológicos, um verdadeiro museu total.

Enfim, se as perguntas são muitas, os universos de objetos a recolher são em muito maior número, e não se pode perder muito tempo para abordá-lo. No passado, talvez tenha sido mais fácil recolher, os objetos eram mais sólidos e os objetivos, mais simples.

Ainda assim, o exame do acervo dos museus brasileiros mostra que muita coisa se perdeu, mas, hoje em dia, quando vivemos uma espécie de “*idade do efêmero*” , e as coisas não são tão sólidas, o risco é ainda maior. Algum movimento tem de ser feito, ou no futuro, não tenhamos nem os objetos, nem os museus.